

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS - EDITAL 20/2013**  
**CARGO DE PROFESSOR DOUTOR – MS-3.1**

A Universidade Estadual de Campinas, através da Secretaria Geral, torna pública a abertura de inscrições para o concurso público de provas e títulos, para provimento de 01 cargo de Professor Doutor, nível MS-3.1, em RTP, com opção preferencial para o RDIDP, nos termos do item 2, na área de Ciências do Esporte, nas disciplinas CP 202 – Metodologia de Treinamento dos Esportes Individuais, CP 305 – Pedagogia do Esporte e CP 505 – Metodologia de Treinamento dos Esportes Coletivos, da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas.

**1. DO REQUISITO MÍNIMO PARA INSCRIÇÃO**

**1.1.** Poderá se inscrever no concurso o candidato que, no mínimo, seja portador do Título de Doutor.

1.2. É desejável que o candidato tenha o seguinte perfil:

1.2.1. Formação: Graduação e/ou Doutorado em Educação Física.

Experiência docente em nível de graduação na área do concurso, com especial dedicação às disciplinas pedagógico-metodológicas presentes no curso de Ciências do Esporte, no campo da metodologia do ensino e treinamento de modalidades esportivas, reunindo requisitos para o ingresso em programa de pós-graduação, com perfil adequado para planejar, promover e participar de atividades que reúnam ensino, pesquisa e extensão.

1.2.2. A inscrição de candidato que deixar de atender ao perfil desejável não será indeferida por este motivo.

**2. DO REGIME DE TRABALHO**

**2.1.** Nos termos do artigo 109 do Estatuto da UNICAMP, o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) é o regime preferencial do corpo docente e tem por finalidade estimular e favorecer a realização da pesquisa nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como, correlatamente, contribuir para a eficiência do ensino e para a difusão de ideias e conhecimento para a comunidade.

**2.2.** Ao se inscrever no presente concurso público o candidato fica ciente e concorda que, no caso de admissão, poderá ser solicitada, a critério da Congregação da Unidade, a apresentação de plano de pesquisa, que será submetido à Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – CPDI – para avaliação de possível ingresso no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – RDIDP.

**2.3.** O Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) está regulamentado pela Deliberação CONSU-A-02/01, cujo texto integral está disponível no sítio [http://www.pg.unicamp.br/mostra\\_norma.php?consolidada=S&id\\_norma=2684](http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?consolidada=S&id_norma=2684).

**2.4.** O aposentado na carreira docente aprovado no concurso público somente poderá ser admitido no Regime de Turno Parcial (RTP), vedada a extensão ao Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), conforme Deliberação CONSU-A-08/2010.

**2.5.** A remuneração inicial para o cargo de Professor Doutor, MS-3.1, da Carreira do Magistério Superior é a seguinte:

- a) RTP – R\$ 1.592,14
- b) RTC – R\$ 4.041,51
- c) RDIDP – R\$ 9.185,10

### **3. DAS INSCRIÇÕES**

**3.1.** As inscrições serão recebidas, presencialmente ou mediante procuração, todos os dias úteis compreendidos dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado – DOE –, no horário das 09 às 12 e das 14 às 17 horas, na Área de Recursos Humanos da Faculdade de Ciências Aplicadas, situada à Rua Pedro Zaccaria, 1300, Jardim Santa Luiza, em Limeira, São Paulo.

**3.2.** A inscrição será efetuada mediante requerimento dirigido ao Diretor da Faculdade de Ciências Aplicadas, contendo nome, domicílio e profissão, acompanhado dos seguintes documentos:

**a)** prova de que é portador do título de doutor de validade nacional. Para fins de inscrição, o candidato poderá apresentar apenas a ata da defesa de sua Tese de Doutorado, sendo que a comprovação do título de Doutor será exigida por ocasião da admissão. Os candidatos que tenham obtido o título de Doutor no exterior, caso aprovados, deverão obter, durante o período probatório, o reconhecimento do referido título para fins de validade nacional, sob pena de demissão;

**b)** documento de identificação pessoal, em cópia;

**c)** sete exemplares de memorial, com o relato das atividades realizadas e a comprovação dos trabalhos publicados e demais informações, que permitam avaliação dos méritos do candidato, a saber:

**c.1.** títulos universitários;

**c.2.** curriculum vitae et studiorum;

**c.3.** atividades científicas, didáticas e profissionais;

**c.4.** títulos honoríficos;

**c.5.** bolsas de estudo em nível de pós-graduação;

**c.6.** cursos frequentados, congressos, simpósios e seminários dos quais participou.

**d)** um exemplar ou cópia de cada trabalho ou documento mencionado no memorial;

**3.2.1.** O memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento das inscrições.

**3.2.2.** O candidato portador de necessidades especiais, temporária ou permanente, que precisar de condições especiais para se submeter às provas deverá solicitá-las por escrito no momento da inscrição, indicando as adaptações de que necessita.

**3.3.** Recebida a documentação e satisfeitas as condições do edital, a Área de Recursos Humanos da Unidade encaminhará o requerimento de inscrição com toda a documentação ao Diretor da Faculdade de Ciências Aplicadas, que a submeterá ao Conselho Intercoordenações da Unidade, tendo este o prazo de 15 dias para emitir parecer circunstanciado sobre o assunto.

**3.3.1.** O parecer de que trata o subitem anterior será submetido à Congregação da Unidade, que encaminhará o requerimento de inscrição com toda a documentação à deliberação da Câmara de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE.

**3.3.2.** O requerimento de inscrição no concurso será deferido se o candidato obtiver o voto favorável da maioria absoluta dos membros presentes na Sessão da CEPE.

**3.4.** Os candidatos que tiveram os requerimentos de inscrição deferidos serão notificados a respeito da composição da Comissão Julgadora e seus suplentes, bem como do calendário fixado para as provas e do local de sua realização, por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início das provas.

#### **4. DA COMISSÃO JULGADORA**

**4.1.** A Comissão Julgadora será constituída de 05 (cinco) membros titulares e 02 (dois) suplentes, portadores, no mínimo, do Título de Doutor, cujos nomes serão indicados pela Congregação da Unidade e aprovados pela CEPE.

**4.1.2.** Pelo menos dois membros da Comissão Julgadora deverão ser externos à Unidade ou pertencer a outras instituições.

**4.2.** Poderão integrar a Comissão Julgadora profissionais de reconhecida competência na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, pertencentes a instituições técnicas, científicas ou culturais do país ou do exterior.

**4.3.** Caberá à Comissão Julgadora examinar os títulos apresentados, conduzir as provas do concurso e proceder às arguições a fim de fundamentar parecer circunstanciado, classificando os candidatos.

#### **5. DAS PROVAS**

**5.1.** O concurso constará das seguintes provas:

- a) prova específica (peso 1);
- b) prova de títulos (peso 2);
- c) prova de arguição (peso 1);
- d) prova didática (peso 1).

**5.2.** A prova específica consistirá de:

a) uma prova escrita dissertativa, que versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, relativa ao conteúdo do programa das disciplinas ou conjunto de disciplinas em concurso.

5.2.1. No início da prova específica, a Comissão Julgadora fará a leitura da(s) questão(ões) da prova escrita dissertativa, concedendo o prazo de 60 (sessenta) minutos para que os candidatos consultem seus livros, periódicos ou outros documentos bibliográficos.

5.2.2. Findo o prazo estabelecido no item 5.2.1 não será mais permitida a consulta de qualquer material, e a prova específica escrita terá início, com duração de 04 (quatro) horas para a redação da(s) resposta(s).

5.2.3. As anotações efetuadas durante o período de consulta previsto no item 5.2.1 poderão ser utilizadas no decorrer da prova específica, devendo ser rubricadas por todos os membros da Comissão Julgadora e anexadas na folha de resposta.

**5.3.** Na prova de títulos a Comissão Julgadora apreciará o memorial elaborado e comprovado pelo candidato.

**5.3.1.** Os membros da Comissão Julgadora terão o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para emitir o julgamento da prova de títulos.

**5.4.** Na prova de arguição o candidato será interpelado pela Comissão Julgadora sobre a matéria do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso e/ou sobre o memorial apresentado na inscrição.

**5.4.1.** Na prova de arguição cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até 30 minutos para arguir o candidato que terá igual tempo para responder às questões formuladas.

**5.4.2.** Havendo acordo mútuo, a arguição poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitado, porém, o limite máximo de 01 (uma) hora para cada arguição.

**5.5.** A prova didática versará sobre o programa de disciplina ou conjunto de disciplinas ministradas na Universidade no ano anterior ao concurso (Anexo I) e nela o candidato deverá revelar cultura aprofundada no assunto.

**5.5.1.** A matéria para a prova didática será sorteada com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, de uma lista de 10 (dez) pontos, organizada pela Comissão Julgadora.

**5.5.2.** A prova didática terá duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, e nela o candidato desenvolverá o assunto do ponto sorteado, vedada a simples leitura do texto da aula, mas facultando-se, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, diapositivos ou outros recursos pedagógicos utilizáveis na exposição.

**5.6.** As provas orais do presente concurso público serão realizadas em sessão pública. É vedado aos candidatos assistir às provas dos demais candidatos.

**5.7.** A Comissão Julgadora poderá ou não descontar pontos quando o candidato não atingir o tempo mínimo ou exceder o tempo máximo pré-determinado para as provas didática e de arguição.

## **6. DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROVAS**

**6.1.** As provas de títulos, arguição, didática e específica terão caráter classificatório.

6.1.1. A prova específica também terá caráter eliminatório, caso compareçam mais de 08 (oito) candidatos.

6.1.1.1. Na hipótese da prova específica ter caráter eliminatório, deverá ser observado o seguinte procedimento:

a) ao final da prova específica cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), considerando o previsto no item 5.2 deste edital;

b) após a atribuição das notas, o resultado da prova específica será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública;

c) serão considerados aprovados na prova específica com caráter eliminatório os candidatos que obtiverem notas iguais ou superiores a 07 (sete), de, no mínimo, 03 (três) dos 05 (cinco) examinadores;

d) somente participarão das demais provas do concurso público os candidatos aprovados na prova específica;

e) as notas atribuídas na prova específica por cada um dos examinadores aos candidatos aprovados serão computadas ao final do concurso público para fins de classificação, nos termos do item 6.3 deste edital.

6.2. Ao final de cada uma das provas previstas no subitem 5.1 deste edital, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).

**6.2.1.** As notas de cada prova serão atribuídas individualmente pelos integrantes da Comissão Julgadora e colocadas em envelope lacrado e rubricado, após a realização de cada prova. Ao final de todas as provas do concurso, em sessão pública, os envelopes serão abertos pela Comissão Julgadora.

**6.2.2.** Caso a prova específica não tenha caráter eliminatório, a nota atribuída nesta prova deverá ser divulgada no final do concurso, nos termos do subitem 6.2.1.

**6.3.** Ao término das provas, cada candidato terá de cada examinador uma nota final, que será a média ponderada das notas atribuídas pelo examinador ao candidato.

**6.3.1.** As notas finais serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a cinco e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a cinco.

**6.3.2.** Cada examinador fará a classificação dos candidatos pela sequência decrescente das notas finais por ele apuradas e indicará o(s) candidato(s) para preenchimento da(s) vaga(s) existente(s), de acordo com as notas finais obtidas nos termos do item anterior. O próprio examinador decidirá os casos de empate, com critérios que considerar pertinentes.

**6.4.** A Comissão Julgadora, em sessão reservada, depois de divulgadas as notas e apurados os resultados, emitirá parecer circunstanciado sobre o resultado do concurso justificando a indicação feita, da qual deverá constar tabela e/ou textos contendo as notas, as médias e a classificação dos candidatos. Também deverão constar do relatório os critérios de julgamento adotados para avaliação de cada uma das provas. Todos os documentos e anotações feitas pela Comissão Julgadora para atribuição das notas deverão ser anexados ao processo do presente concurso público.

**6.4.1.** Ao relatório da Comissão Julgadora poderão ser acrescentados relatórios individuais de seus membros.

**6.5.** O resultado do concurso será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública.

**6.5.1.** Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.

**6.5.2.** Será indicado para nomeação o candidato que obtiver o primeiro lugar, isto é, maior número de indicações da Comissão Julgadora.

**6.5.3.** O empate nas indicações será decidido pela Comissão Julgadora, prevalecendo sucessivamente a média geral obtida e o maior título universitário. Persistindo o empate a decisão caberá, por votação, à Comissão Julgadora. O presidente terá voto de desempate, se couber.

**6.5.4.** Excluído o candidato em primeiro lugar, procedimento idêntico será efetivado para determinação do candidato aprovado em segundo lugar, e assim subsequentemente até a classificação do último candidato aprovado.

**6.5.4.1.** Para as classificações seguintes deverão ser desconsideradas as indicações do candidato já classificado e considerada a ordem de classificação feita por cada um dos examinadores para os candidatos remanescentes.

**6.6.** As sessões de que tratam os itens 6.2.1 e 6.5 serão realizadas no mesmo dia em horários previamente divulgados.

**6.7.** O parecer da Comissão Julgadora será submetido à Congregação da Faculdade de Ciências Aplicadas, que só poderá rejeitá-lo, no todo ou em parte, por 2/3 (dois terços) de seus membros presentes, quando unânime, ou por maioria absoluta, também de seus membros presentes, quando o parecer apresentar apenas três assinaturas concordantes dos membros da Comissão Julgadora.

**6.8.** O resultado final do concurso será submetido à homologação da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE.

**6.9.** A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Estado, com as respectivas classificações.

## **7. DA ELIMINAÇÃO**

**7.1.** Será eliminado do concurso público o candidato que:

- a) Deixar de atender às convocações da Comissão Julgadora;
- b) Não comparecer ao sorteio do ponto da prova didática;
- c) Não comparecer a qualquer uma das provas, exceto a prova de títulos.

## **8. DO RECURSO**

**8.1.** O candidato poderá interpor recurso contra o resultado do concurso, exclusivamente de nulidade, ao Conselho Universitário, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação prevista no item 6.9 deste edital.

**8.1.1.** O recurso deverá ser protocolado na Secretaria Geral da UNICAMP.

**8.1.2.** Não será aceito recurso via postal, via fac-símile ou correio eletrônico.

**8.1.3.** Recursos extemporâneos não serão recebidos.

**8.2.** O resultado do recurso será divulgado no site da Secretaria Geral da UNICAMP ([www.sg.unicamp.br](http://www.sg.unicamp.br))

## **9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**9.1.** A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

**9.2.** As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado e estarão disponíveis no site [www.sg.unicamp.br](http://www.sg.unicamp.br), sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

**9.3.** Se os prazos de inscrição e/ou recurso terminarem em dia em que não há expediente na Universidade, no sábado, domingo ou feriado, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

**9.4.** O prazo de validade do concurso será de 1 (um) ano, a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado da homologação dos resultados pela CEPE, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

**9.4.1.** Durante o prazo de validade do concurso poderão ser providos os cargos que vierem a vagar, para aproveitamento de candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso.

**9.5.** A critério da Unidade de Ensino e Pesquisa, ao candidato aprovado e admitido poderão ser atribuídas outras disciplinas além das referidas na área do concurso, desde que referentes à área do concurso ou de sua área de atuação.

**9.6.** O candidato aprovado e admitido somente será considerado estável após o cumprimento do estágio probatório, referente a um período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual será submetido à avaliação especial de desempenho, conforme regulamentação prevista pela Universidade.

**9.7.** Até 60 (sessenta) dias após a publicação da homologação do concurso o candidato poderá

solicitar a retirada dos memoriais (item 3.2.c) e exemplares ou cópias de cada trabalho ou documentos nele mencionado (item 3.2.d), entregues no ato da inscrição e que não foram utilizados pela Comissão Julgadora, mediante requerimento protocolado na Área de Recursos Humanos da Faculdade de Ciências Aplicadas. Após este prazo, se não retirados, os memoriais e exemplares ou cópias de cada trabalho ou documentos nele mencionado poderão ser descartados.

**9.8.** O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-03/03.

**9.8.1.** Cópia(s) da(s) Deliberação(ões) mencionada(s) poderá(ão) ser obtida(s) no site [www.sg.unicamp.br](http://www.sg.unicamp.br) ou junto à Área de Recursos Humanos da Faculdade de Ciências Aplicadas, que poderá prestar quaisquer outras informações relacionadas ao concurso público.

**9.9.** Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

## **Anexo I – Programas das Disciplinas**

### **CP202 - Metodologia de Treinamento dos Esportes Individuais**

#### **EMENTA**

Estudos teórico-práticos relativos à pedagogia do esporte, que permitam abordar e desenvolver procedimentos metodológicos para aprendizagem, sobretudo, dos esportes em que há predomínio dos movimentos de corridas, saltos, lançamentos e arremessos com implementos específicos e alternativos. Estudos das combinações de movimentos (andar, marchar, correr, saltar, lançar e arremessar), sempre contextualizando-os no Atletismo, triatlon, provas pedestres, entre outras derivações. Introdução a organização de competições pedagógicas.

#### **OBJETIVOS**

- Conhecer as metodologias pedagógicas aplicadas aos movimentos de correr, saltar, lançar e arremessar;

- Discutir os aspectos da pedagogia do esporte relacionados às características das provas do atletismo na iniciação esportiva e no lazer, relacionando com as qualidades físicas envolvidas;
- Conhecer os aspectos básicos da iniciação às provas do atletismo;
- Realizar evento de iniciação.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceitos iniciais da pedagogia do esporte e o contexto atual;
- A organização do Atletismo no Brasil e no Mundo
- Histórico das provas de Atletismo;
- O Atletismo e as capacidades biomotoras;
- Corridas, aspectos técnicos e pedagógicos;
- Saltos, aspectos técnicos e pedagógicos;
- Lançamentos e arremessos, aspectos técnicos e pedagógicos;
- Vivência de organização de competição;
- Vivência de preparação de iniciantes para competição.

#### **CP 305 - Pedagogia do Esporte**

##### EMENTA

As relações entre a pedagogia e o esporte. O conceito de pedagogia do esporte. As bases de fundamentação das novas tendências em pedagogia do esporte.

##### OBJETIVOS

A partir do conceito de pedagogia e as abordagens do processo de ensino com suas respectivas influências teóricas, compreender suas relações com o esporte, e a construção do conceito de pedagogia do esporte, emergindo as bases de fundamentação das novas tendências em pedagogia do esporte.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Programa:

1º módulo: a pedagogia com área de conhecimento e as abordagens do processo de ensino: abordagem tradicional, comportamental, humanista, cognitivista, cultural e ecológica

2º módulo: as teorias do conhecimento (inatista, empirista e interacionista) e suas relações com a pedagogia e a pedagogia do esporte

3º módulo: Contextualizações pedagógicas. Módulo destinado ao entendimento sobre como e porque emergiram novas tendências em pedagogia do esporte. Para tanto, há necessidade, neste momento, de construirmos alicerces nas teorias do conhecimento e nas abordagens pedagógicas que influenciaram tanto as obsoletas metodologias tecnicistas (com suas idéias cartesianas), quanto as que modificaram os paradigmas em educação, proporcionando questionamentos e justificativas, as quais embasaram o desenvolvimento de novas propostas pedagógicas, as quais coadunam com as mudanças nas metodologias aplicadas aos esportes, dentre as quais serão abordadas a pedagogia do esporte e suas abordagens tradicional, cognitivista e ecológica.



## **CP 505 - Metodologia de Treinamento dos Esportes Coletivos I**

### **EMENTA**

Estudos teórico-práticos relativos à pedagogia do esporte, que permitam abordar e desenvolver procedimentos metodológicos para ensino-aprendizagem-treinamento dos esportes coletivos no processo de iniciação, tendo por referências as competências essenciais dos jogos coletivos, suas características gerais e o desenvolvimento das habilidades abertas em contexto de jogo.

### **OBJETIVOS**

Apresentar aos alunos as mais recentes e inovadoras teorias que dizem respeito à pedagogia dos esportes coletivos no processo de iniciação, criando com elas um suporte para a experiência de prática pedagógica referente a como se ensinar jogos/esportes coletivos a partir das semelhanças existente entre uma infinidade de jogos coletivos. Portanto, ao final deste curso teórico-prático, o aluno terá instrumentos teóricos que explicam porque fazer (construção de uma metodologia), e exemplos práticos, que mostram como fazer (intervenções pedagógicas conscientes e dirigidas pelo método), visando ao enriquecimento e construção de sua futura prática profissional no que tange sua atuação na iniciação esportiva.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Versará sobre as novas tendências em pedagogia do esporte, destacando as principais abordagens que se preocupam em desenvolver metodologias para o ensino dos Jogos Esportivos coletivos. Oportunizando aos alunos o contato com exemplos práticos que confirmam e ilustram as teorias discutidas. Neste módulo o foco serão as semelhanças encontradas nestas abordagens que convergem para o rompimento com a pedagogia do esporte tradicional, que se vale de uma metodologia tecnicista.
2. Seminários de estudos teórico-práticos aplicados enfocando o ensino de diferentes modalidades de esportes coletivos por meio do desenvolvimento da metodologia estudada ao longo da disciplina.

### **Anexo II - Bibliografia**

- MATHIESEN, S. Q. (org). Atletismo se aprende na escola. Jundiaí: Fontoura, 2005.
- FERNANDES, J. L. Atletismo, os saltos: técnica, iniciação e treinamento. EPU/EDUSP, 2003.
- FERNANDES, J. L. Atletismo, lançamentos e arremessos: técnica, iniciação e treinamento. EPU/EDUSP, 2003.
- RONDO JUNIOR, W. O atleta do século XXI. São Paulo: Gaia, 2000.
- MALINA, R. M., BOUCHARD, C. Atividade física do atleta jovem. São Paulo: Roca, 2002.
- SCAGLIA, A.J. "As novas tendências em Pedagogia do Esporte". In BALBINO, H. "Pedagogia do Esporte". São Paulo: SESC, 2012.

REVERDITO, R.S., SCAGLIA, A.J. "Pedagogia do esporte: jogos coletivos de invasão". São Paulo: Phorte, 2009.

REVERDITO, R.S.; SCAGLIA, A.J.; MONTAGNER, P.C. "Pedagogia do esporte: aspectos conceituais da competição e estudos aplicados". São Paulo: Phorte, 2012.

FROMETA, E. R. Guia metodológico de exercícios em atletismo. Artmed, 2003.

Site da Confederação Brasileira de Atletismo - CBAt: <http://www.cbat.org.br>

Referências básicas:

BENTO, J. O. "Novas motivações, modelos e concepções para a prática desportiva", p. 113-146. In "O desporto do século XXI: os novos desafios", 1991.

FREINET, C. A Educação do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FREIRE, P. "Pedagogia da autonomia". São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GIROUX, H. A. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

HERNANDEZ, F. Transgressão e mudança: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MIZUKAMI, M. G. N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

MORAES, M. C. O paradigma educacional emergente. 8 ed. Campinas: Papirus, 1997.

MORIN, E. A cabeça bem feita. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

NISTA PICOLLO, V. "Pedagogia dos esportes". 3 ed. Campinas: Papirus, 2005.

PAES, R. R.; BALBINO, H. F. Pedagogia do esporte: contextos e perspectivas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. p. 01-22.

REVERDITO, R.S., SCAGLIA, A.J. "Pedagogia do esporte: jogos coletivos de invasão". São Paulo: Phorte, 2009.

REVERDITO, R.S.; SCAGLIA, A.J.; MONTAGNER, P.C. "Pedagogia do esporte: aspectos conceituais da competição e estudos aplicados". São Paulo: Phorte, 2012.

SAVIANI, D. A pedagogia no Brasil: história e teoria. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. Interlocuções pedagógicas: conversas com Paulo Freire e Adriano Nogueira e 30 entrevistas sobre educação. Campinas: Autores Associados, 2010.

SCAGLIA, A.J. "As novas tendências em Pedagogia do Esporte". In BALBINO, H. "Pedagogia do Esporte". São Paulo: SESC, 2012.

SÉRGIO, M. "Textos Insólitos". Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 2009.

SÉRGIO, M. Para Uma Nova Dimensão do Desporto. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 2003.

VASCONCELLOS, M. J. E. Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência. 2ed. Campinas: Papirus, 2003.

\_\_\_\_\_. "A teia da vida". 6 ed. São Paulo: Cultrix/Amana-Key, 2001b.

ALVES, R. "Por uma educação romântica". Campinas: Papirus, 2000.

BATESON, G. "Steps to an ecology of mind". Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

BAYER, C. "O ensino dos desportos colectivos". Lisboa: Dinalivro, 1994.

BERTALANFFY, L. V. "Teoria Geral dos Sistemas". 2 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006.

CAPRA, F. "O ponto de Mutação". 22 ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

DAVIDS, K., WILLIAMS M., BUTTON, C., COURT, M. "An integrative modeling approach to the study of intentional movement behavior, 1999, p. 144-168.

FREINET, C. "Educação do trabalho". São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FREIRE, J. B. "De corpo e alma: o discurso da motricidade". São Paulo: Summus, 1992.

KUHN, T. S. A Estrutura das revoluções científicas. São Paulo: perspectiva, 2003.

KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: Unijuí, 2000.

LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

MORIN, E. Introdução ao pensamento complexo. Porto Alegre: Sulina, 2006.

PERRENOUD, P. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PETRAGLIA, I. C. Edgar Morin: a educação e a complexidade do ser e do saber. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SANTANA, W. C. Pedagogia do esporte na infância e complexidade. In: PAES, R. R.; BALBINO, H. F. Pedagogia do esporte: contextos e perspectivas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. p. 01-22.

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2003.

SCAGLIA, A. J. "Jogo: um sistema complexo". In: VENÂNCIO, S.; FREIRE, J. B. (Org.). O Jogo Dentro e Fora da Escola. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SKRZYPCZAK, J. F. "O inato e o adquirido: desigualdades naturais desigualdades sociais". Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

Bibliografia:

Referências básicas:

ARAÚJO, D. "A auto-organização da acção táctica". Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, vol 3. N. 3, 87-93, 2003.

BAYER, C. "O ensino dos desportos colectivos". Lisboa: Dinalivro, 1994.

DAOLIO, J. "Jogos esportivos Coletivos: dos princípios operacionais aos gestos técnicos – modelo pendular a partir das idéias de Claude Bayer". Revista Brasileira de Ciência e Movimento, Brasília, v 10 n. 4, p. 99-103, 2002.

GARGANTA, J. "Para uma teoria dos jogos desportivos coletivos". In GRAÇA, A., OLIVEIRA, J. (Org.) "O ensino dos jogos desportivos". 3 ed. Faculdade de Ciências do Desporto e da Educação Física: Universidade do Porto, 1998.

GRAÇA, A. "Os comos e os quando no ensino dos jogos desportivos coletivos". In GRAÇA, A., OLIVEIRA, J. (Org.) "O ensino dos jogos desportivos". 3 ed. Faculdade de Ciências do Desporto e da Educação Física: Universidade do Porto, 1998.

GRECO, P. J.; BENDA, R. N. Iniciação Esportiva Universal I: da aprendizagem motora ao treinamento técnico. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

GRECO, P. J.; BENDA, R. N. Iniciação Esportiva Universal II: da aprendizagem motora ao treinamento técnico. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

GRIFFIN, L. L., MITCHELL, S. A., OSLIN, J. L. "Teaching sport concepts and skill: a tactical games approach". Champaign: Human Kinetics, 1997.

LEONARDO, L.; SCAGLIA, A. J.; REVERDITO, R. S. O ensino dos esportes coletivos: metodologia pautada na família dos jogos. Motriz, Rio Claro, v. 15, n. 2, p. 236-246, 2009.

MESQUITA, I. "Contributo para a estruturação das tarefas no treino de Voleibol". In OLIVEIRA, J., TAVARES, F. "Estratégia e Tática nos jogos desportivos coletivos". Porto. Centro de Estudos dos Jogos Desportivos/Universidade do Porto, 1996.

OLIVEIRA, J., TAVARES, F. "Estratégia e Tática nos jogos desportivos coletivos". Porto. Centro de Estudos dos Jogos Desportivos/Universidade do Porto, 1996.

PAES, R. R. A Pedagogia do Esporte e os Jogos Coletivos. In: ROSE JR., D. (Org.). Esporte e Atividade Física na Infância e na Adolescência: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Editora Artmed, 2002.

PEREZ MORALES, J.C., GRECO, P.J. "A influência de diferentes metodologias de ensino-aprendizagem-treinamento no basquetebol sobre o nível de conhecimento tático processual". Revista Brasileira Educação Física e Esportes, São Paulo, v. 21, n. 4, 291-299, 2007.

REVERDITO, R. S., SCAGLIA, A. J. "Pedagogia do esporte: jogos coletivos de invasão". São Paulo: Phorte, 2009.

REVERDITO, R.; SCAGLIA, A. J.; PAES, R. R. Pedagogia do esporte: panorama e análise conceitual das principais abordagens. Motriz, Rio Claro, v. 15, n. 3, p. 600-610, 2009.

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J. A gestão do processo organizacional do jogo: uma proposta meticológica para o ensino dos jogos coletivos. Motriz, Rio Claro, v. 13, n. 1, p. 51-00, 2007.

SCAGLIA, A.J. "As novas tendências em Pedagogia do Esporte". In BALBINO, H. "Pedagogia do Esporte". São Paulo: SESC, 2011. (no prelo)

SCAGLIA, A.J. "O futebol e as brincadeiras de bola". São Paulo: Phorte, 2011b. (no prelo)

SCAGLIA, A. J. "Jogo: um sistema complexo". In: VENÂNCIO, S.; FREIRE, J. B. (Org.). O Jogo Dentro e Fora da Escola. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SCAGLIA, A. J. "O futebol e as brincadeiras de bola com os pés: todos semelhantes, todos diferentes". In: VENÂNCIO, S.; FREIRE, J. B. (Org.). O Jogo Dentro e Fora da Escola. Campinas, SP: Autores Associados, 2005b.